



AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

**Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de
2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanco Patrimonial	8
Demonstração dos Resultados	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da AL5 S.A. CFI submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Fatos Novos Relevantes

O ano de 2022 da AL5 S.A. CFI foi marcado pela estruturação e expansão dos negócios. Realinhando a estratégia, a instituição ampliou seu efetivo de pessoal, alocando Especialistas de negócios em unidades da Amaggi. Esta estratégia, aliada com os investimentos tecnológicos, fomentaram os negócios da instituição a partir do segundo semestre.

Observando o cenário macroeconômico, as projeções e expectativas do mercado, com a deflagração da guerra entre Rússia e Ucrânia, em fevereiro, que elevou os preços das principais *commodities* (Petróleo, gás e grãos como milho e trigo) e a inflação em todo o mundo, bem como uma leve onda de epidemia da variante do coronavírus *Omicron*, a AL5 S.A. CFI reduziu seu apetite ao risco nas operações de crédito de varejo (CDC) através de correspondentes bancários parceiros, como o E-Cred/Serasa, o que manteve a carteira de crédito estagnada e elevou os indicadores de inadimplência.

No cenário nacional, a acirrada disputa eleitoral também provocou efeitos no mercado, desestimulando investimentos. Em movimento contrário, houve redução da taxa de desemprego, de 11,1% em janeiro, para 9,3% em junho, menor patamar para o período desde 2015.

Entretanto, esta retomada da economia combinada ao alto índice de endividamento das famílias e à alta taxa de básica de juros (Selic), que encerrou o ano em 13,75%, diminuiu o ritmo de expansão do crédito no último trimestre de 2022, dado que também foi observado na instituição.

Frente ao cenário que se apresentou no primeiro semestre, a AL5 S.A. CFI seguiu com medidas focadas na recuperação de crédito e na prevenção da inadimplência.

Dentre as importantes conquistas para a ampliação dos seus negócios durante o segundo semestre de 2022, destacam-se três pontos.

A primeira delas foi a aliança estratégica com a *startup AGRO CPR*, visando a originação de crédito junto à produtores rurais, revendas de insumos, cooperativas e cerealistas, através de uma esteira totalmente digital, que agiliza o acesso do produtor ao crédito, com garantia e segurança para a instituição.

Focado na mesma frente de negócios, a AL5 S.A. CFI obteve autorização do Bacen para realizar operações de crédito rural e passou a captar em Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). Esta modalidade reduz o custo de captação, e permite operar com taxas mais competitivas.

Aspectos operacionais e desempenho econômico-financeiro

A AL5 S.A. CFI encerrou o ano de 2022 com 13.637 operações de crédito ativas e volume de recursos liberados no montante de R\$ 265.29 milhões, com receitas totais na ordem de R\$70,82 milhões. Aumento de 78% em relação ano anterior.

Os investimentos em tecnologia atingiram R\$ 17,06 milhões em 2022, tendo por finalidade dar melhor robustez nos sistemas com intuito de melhorar a experiência do cliente, dar melhor fluidez e segurança aos processos de contratação de crédito, captações e prestação de serviços financeiros.

A combinação da redução do apetite ao risco nas operações de varejo, a baixa atividade do mercado, em decorrência dos fatores já citados, os investimentos em tecnologia o aumento do quadro de pessoal, além da subida da inadimplência, resultou em prejuízo à AL5 S.A. CFI no montante de R\$ 20,36 milhões no exercício.

Ainda assim, cabe à esta Administração afirmar que a gestão de capital da Companhia é conduzida de maneira prospectiva com objetivo de mensurar e prescrever a necessidade de capital de forma a antecipar a possibilidade de eventos ou alterações nas condições do mercado. Tais medidas são efetuadas através do acompanhamento dos Ativos Ponderados por risco (RWA) e Patrimônio de Referência, ou seja, o Índice de Basileia que determina a relação entre o capital próprio da instituição e o capital de terceiros (captações) que será exposto a risco por meio da carteira de crédito. Ressalta-se ainda que os valores de Patrimônio Líquido realizados estão superiores ao mínimo exigido comparados com a carteira ativa nas mesmas datas de apuração considerando os Acordos de Basileia.

Por fim, destacamos que no cumprimento dos nossos compromissos e responsabilidades intrínsecos e próprios das atividades da Financeira, é compromisso da Administração garantir que as operações da AL5 S.A. CFI sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Cuiabá-MT, 22 de março de 2023.

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Créditos Tributários

Chamamos a atenção para o fato de a Instituição Financeira possuir contabilizado em 31 de dezembro de 2022, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 6.302 mil, conforme divulgado na nota explicativa "16.b" às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros, conforme projeção de resultados preparado e aprovado pela administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 31 de março de 2023.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1-S/MT
ELIANE SCOTO DE FREITAS
Contadora CRC-PR Nº 038.367/O-9-S/MT

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Balanco Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		258.021	216.216	Passivo Circulante		179.482	125.580
Disponibilidades	5.a	563	468	Depósitos	13.a	63.330	45.740
				Depósitos a Prazo		63.330	45.740
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		65.599	22.286	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	114.273	77.446
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.b	65.599	22.286	Recursos de Aceites Cambiais		91.995	77.446
				Obrig. por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		22.278	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos				Relações Interfinanceiras		171	171
Financeiros Derivativos	6	39.107	27.049	Obrigações Junto a Particip. do Sistema de Liquid.		171	171
Carteira Própria		39.721	27.049				
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(614)	-	Outras Obrigações		1.708	2.223
Relações Interfinanceiras	7	-	85	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.a	133	319
Direitos Junto a Particip. do Sistema de Liquid.		-	80	Fiscais e Previdenciárias	14.b	434	1.085
Créditos Vinculados		-	5	Recursos Vinculados à Operações de Crédito	14.c	184	184
				Diversas	14.d	957	635
Operações de Crédito		149.601	165.818	Passivo não Circulante		111.312	105.330
Setor Privado	8.a	164.034	170.464	Depósitos	13.a	69.626	1.693
Setor Público	8.a	8.687	6.847	Depósitos a Prazo		69.626	1.693
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	8.c	(23.120)	(11.493)	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	41.357	103.161
				Recursos de Aceites Cambiais		41.357	103.161
Outros Créditos	9	3.102	458	Outras Obrigações	14.c	329	476
Rendas a Receber		23	-	Recursos Vinculados à Operações de Crédito		329	476
Diversos		3.079	458				
Outros Valores e Bens	10	49	52	Patrimônio Líquido	15	52.387	71.472
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Capital			
Outros Valores e Bens		49	52	De Domiciliados no País		77.000	77.000
				(-) Capital a Integralizar		-	-
Ativo não Circulante		75.643	81.630	Reservas de Lucros		12	12
Operações de Crédito		66.969	76.076	Prejuízos Acumulados		(24.625)	(5.540)
Setor Privado	8.a	45.341	55.048				
Setor Público	8.a	24.135	23.263	Total do Passivo		343.181	302.382
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	8.c	(2.507)	(2.235)				
Outros Créditos	9	6.426	3.244				
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições		6.426	3.244				
Outros Valores e Bens	10	2.248	2.310				
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		2.248	2.248				
Permanente		9.517	4.536				
Imobilizado de Uso	11	780	219				
Outras Imobilizações de Uso		1.061	416				
(-) Depreciações Acumuladas		(281)	(197)				
Intangível	12	8.737	4.317				
Outras Ativos Intangíveis		10.536	5.075				
(-) Amortizações Acumuladas		(1.799)	(758)				
Total do Ativo		343.181	302.382	Total do Passivo		343.181	302.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre de 2022	2.022	2021
Receitas de Intermediação Financeira	19.a	32.987	64.037	33.635
Operações de Crédito		27.272	55.235	31.484
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.859	6.946	2.151
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.856	1.856	-
Despesas da Intermediação Financeira		(35.031)	(64.668)	(26.381)
Operações de Captação no Mercado	19.b	(18.794)	(31.800)	(8.401)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(15.469)	(31.016)	(15.029)
Outras Despesas de Intermediação Financeira	19.c	(768)	(1.852)	(2.951)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(2.044)	(631)	7.254
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(12.218)	(22.412)	(9.454)
Receitas de Prestação de Serviços	19.d	1.854	3.404	3.850
Outras Despesas Administrativas	19.e	(10.867)	(18.884)	(8.422)
Despesas de Pessoal	19.f	(4.683)	(9.305)	(6.287)
Despesas Tributárias	19.g	(254)	(618)	(853)
Outras Receitas/(Despesas)	19.h	1.732	2.991	2.258
Resultado Operacional		(14.262)	(23.043)	(2.200)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		(14.262)	(23.043)	(2.200)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	2.683	1.143
Provisão para Imposto de Renda	16	-	(230)	(199)
Provisão para Contribuição Social	16	-	(145)	(183)
Ativo Fiscal Diferido	16	-	3.058	1.525
Prejuízo Líquido do Período		(14.262)	(20.360)	(1.057)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Resultado Líquido	(14.262)	(20.360)	(1.057)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente Líquido do Semestre	(14.262)	(20.360)	(1.057)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Exercício Findo em 31 de Dezembro
(Em milhares de Reais)**

Eventos	Capital Integralizado	Aumento de Capital	(-) Capital a Integralizar	Reservas de Lucro		Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAL
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	50.000	-	-	12	-	(4.483)	45.529
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(822)	(822)
Saldos em 30 de Junho de 2021	50.000	-	-	12	-	(5.305)	44.707
Aumento de Capital	27.000	-	-	-	-	-	27.000
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(235)	(235)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	77.000	-	-	12	-	(5.540)	71.472
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	1.275	1.275
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(6.098)	(6.098)
Saldos em 30 de Junho de 2022	77.000	-	-	12	-	(10.363)	66.649
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(14.262)	(14.262)
Destinações							
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	77.000	-	-	12	-	(24.625)	52.387
Mutações do Período	-	-	-	-	-	(14.262)	(14.262)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto (Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.262)	(23.043)	(2.200)
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período			
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	1.275	
Depreciações e Amortizações	621	1.125	546
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	5.355	12.513	(3.230)
	(8.286)	(8.130)	(4.884)
IR e CS Pagos	0	(375)	(382)
(Aumento)/Redução dos Ativos			
Títulos e Valores Mobiliários	(39.721)	(12.672)	(27.035)
Relações Interfinanceiras	11	85	434
Operações de Crédito	11.410	13.425	(150.076)
Outros Créditos	(1.552)	(2.768)	(398)
Outros Valores e Bens	59	65	68
Aumento/(Redução) dos Passivos			
Depósitos	76.089	85.523	38.802
Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	(4.169)	(24.977)	122.520
Relações Interfinanceiras	51	-	143
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	34	(187)	319
Sociais e Estatutárias	-	-	-
Fiscais e Previdenciárias	36	(650)	847
Outras Obrigações	(45)	175	39
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	33.917	49.514	(19.603)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda			
Aquisição de Imobilizado de Uso	25	(645)	(1)
Aquisição de Intangível	(3.256)	(5.461)	(3.647)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(3.231)	(6.106)	(3.648)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital	-	-	27.000
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	-	-	27.000
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	30.686	43.408	3.749
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	35.476	22.754	19.005
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	66.162	66.162	22.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto operacional

A AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento (“AL5 S.A. CFI”), anteriormente denominada Amaggi S.A. – CFI, é uma Companhia de Capital fechado, autorizada sua constituição pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de fevereiro de 2017 tornando-se operacional em agosto do mesmo ano, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a funcionar em agosto de 2017, momento no qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de uma Financeira, que realiza operações de crédito nas modalidades Capital de Giro, atendendo clientes pessoas jurídicas; o Desconto de Recebíveis mediante a adiantamentos de recursos aos fornecedores da Amaggi; Crédito Consignado, modalidade de empréstimo pessoal com liquidação das parcelas por meio de desconto em folha de pagamento de colaboradores de empresas conveniadas, inclusive entidades públicas; Crédito Direto ao Consumidor, modalidade de empréstimo pessoal, realizado através de ferramentas digitais e correspondentes bancários; e ainda o financiamento de veículos e outros bens, como por exemplo, máquinas e implementos agrícolas.

Além dos produtos de crédito, a AL5 S.A. CFI, oferta a seus clientes a conta de pagamentos digital *AL5 Bank*. Disponível na versão *mobile*, por meio dela, é possível realizar transferências de recursos financeiros via *PIX* e *Ted*, pagamento de contas, recarga de celulares e contratar operações de crédito nas modalidades “Consignado” e “Crédito Direto ao Consumidor”

A captação de recursos é realizada de clientes pessoas físicas e jurídicas, dentro do próprio conglomerado Amaggi e em outras fontes no mercado, pelos canais de relacionamento com os clientes, aplicativo da conta de pagamentos ou corretoras de valores, através da aplicação financeira em Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Recibos de Depósitos Bancários (RDB), Letras de Câmbio (LC) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

Nota 2. Base de Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 - Ativo Intangível, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33- Benefícios a Empregados e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis determinantes da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 31 de março de 2023

Nota 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado e contido nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos originais sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

d) Relações Interfinanceiras

Direitos junto a participantes do sistema de liquidação e arranjos de pagamento, referente aos sistemas de pagamento instantâneo – SPI.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, as cotas de fundos de investimentos detidos pela AL5 S.A. CFI são avaliadas e classificadas como:

Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro-rata dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações de créditos contratadas com o cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas em função dos atrasos consignados no artigo 4º da Resolução nº 2.682, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, admitindo-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

g) Outros Créditos e Outros Valores e Bens

São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas “pro-rata dia” e provisão para perdas, quando julgado necessário.

h) Ativos circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, conforme demonstração na Nota Explicativa nº 12.

j) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

k) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

I) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime do lucro real trimestral para apuração dos tributos.

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15% entre 1º de janeiro de 2019 e 30 de junho de 2021 e 20% entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2021, retornando à 15% entre 1º de janeiro de 2022. No período compreendido entre agosto e dezembro de 2022, a alíquota foi novamente majorada, passando a 16%, retornando aos 15% em 1º de janeiro de 2023.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, além do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

m) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A AL5 S.A. CFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Nota 4. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a AL5 S.A. CFI.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da AL5 S.A. CFI, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores da AL5 S.A. CFI são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da AL5 S.A. CFI são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da AL5 S.A. CFI pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução CVM nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de riscos da AL5 S.A. CFI possui normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução CVM nº 4.557/17 define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na AL5 S.A. CFI tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução CVM nº 4.557/17 Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A AL5 S.A. CFI, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no Segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução CVM nº 4.557/17 define que o Risco de Liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A AL5 S.A. CFI possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações no momento em que são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem incorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por Capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

A instituição adota uma estrutura de gerenciamento de capital objetivando manter um nível mínimo de capital superior às exigências regulatórias. O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2022 apurado nos critérios da Resolução CMN nº 4958, é de 12,74% frente a 23,00% em 31 de dezembro de 2021. A tabela a seguir demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência	37.223	63.911
Patrimônio de Referência Nível I	37.223	63.911
Capital Principal	37.223	63.911
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	292.285	277.912
Risco de Crédito	241.305	245.077
Risco de Mercado	-	-
Risco Operacional	50.980	32.835
Índice de Basileia	12,74%	23,00%

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto nesta data-base seguintes montantes:

a) Disponibilidades

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários	563	468
Total	563	468

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2022	31/12/2021
Compromissadas (i)	65.599	22.286
Total	65.599	22.286

(i) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 65.599 com data de revenda prevista para o dia 02 de janeiro de 2023 (*Overnight*), desta forma, não há aplicações interfinanceiras de longo prazo.

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está classificada de acordo com a Circular CVM nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) na categoria disponíveis para venda, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2021, apresentavam montantes R\$ 27.049 estavam representadas por aplicação em Letras Financeiras do Tesouro em cotas de fundos de investimentos de curto prazo e foram vendidos em sua totalidade ao longo do primeiro semestre de 2022.

Composições da Carteira

	Valor de Custo	Valor de Custo
Títulos disponíveis para venda	-	27.049
Carteira Própria	-	27.049
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	27.049
Títulos Mantidos até o Vencimento	39.107	-
Aplicações em Commodities	39.107	-
Cédula de Produto Rural – CPR (ii)	39.721	-
(-) PCLD	(614)	-
Total	39.107	27.049

(I) As Letras Financeiras do Tesouro estão reconhecidas pelo valor de mercado e classificadas como “Disponíveis para Venda”.

(II) As aplicações em Commodities referem-se à títulos com risco de crédito, na modalidade Cédula de Produto Rural (CPR) e estão classificados como “Mantidos até o Vencimento”.

Nota 7. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da Carteira de Crédito por Segmento Econômico e Nível de Risco:

Nível de Risco	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total 2022	% Provisão	Provisão 2022	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total 2021	% Provisão	Provisão 2021
A	17.300	96.496	113.796	0,5	569	14.566	106.587	121.153	0,5	606
B	16.678	13.472	30.150	1	302	29.562	27.180	56.742	1	568
C	54.075	17.023	71.098	3	2.133	50.863	12.549	63.412	3	1.902
D	-	1.951	1.951	10	195	1.101	1.289	2.390	10	239
E	-	1.728	1.728	30	519	-	1.093	1.093	30	328
F	-	1.917	1.917	50	959	-	945	945	50	472
G	-	2.022	2.022	70	1.415	-	915	915	70	641
H	1.683	17.852	19.535	100	19.535	2.026	6.946	8.972	100	8.972
Total	89.736	152.461	242.197		25.627	98.118	157.504	255.622		13.728

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a carteira de crédito estava composta dos seguintes saldos:

Produto	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Consignado	29.939	39.825	69.764	20.878	36.078	56.956
Capital de Giro	67.048	22.445	89.493	72.866	24.275	97.141
Empréstimo Pessoal	70.053	4.410	74.463	77.663	11.429	89.092
Financiamento de Veículos	982	416	1.398	964	1.007	1.971
Financiamento Demais Bens	4.699	2.380	7.079	4.940	5.522	10.462
Total da Carteira de Crédito	172.721	69.476	242.197	177.311	78.311	255.622
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(23.120)	(2.507)	(25.627)	(11.493)	(2.235)	(13.728)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	148.986	66.969	215.956	165.818	76.076	241.894

	31/12/2022	Participação	31/12/2021	Participação
Setor Privado				
Pessoas Físicas	119.639	49,4%	127.394	49,8%
Comércio	60.914	25,2%	71.892	28,1%
Indústria	11.360	4,7%	11.488	4,5%
Outros Serviços	17.234	7,1%	14.321	5,6%
Rural	228	-	417	0,2%
Setor Público				
Pessoas Físicas	32.822	13,6%	30.110	11,8%
Total	242.197	100%	255.622	100%

b) Composição da Carteira de Crédito por Vencimento:

Parcelas em Curso Normal:	31/12/2022	31/12/2021
De 1 a 30 dias	16.785	9.848
De 31 a 60 dias	22.859	19.579
De 61 a 90 dias	14.147	35.981
De 91 a 180 dias	50.897	53.504
De 181 a 360 dias	50.913	51.331
Acima de 360 dias	69.476	78.311
Subtotal	225.077	248.554
Parcelas Vencidas:		
De 1 a 14 dias	651	766
De 15 a 30 dias	1.133	682
De 31 a 60 dias	1.522	824
De 61 a 90 dias	1.288	577
De 90 a 120 dias	1.508	630
De 121 a 150 dias	3.295	569
De 151 a 180 dias	1.425	525
De 181 a 240 dias	2.665	896
De 241 a 360 dias	3.486	1.016
Acima de 360 dias	147	583
Subtotal	17.120	7.068
Total	242.197	255.622

c) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	(13.728)	(16.958)
Constituições	(30.402)	(14.710)
Baixas	18.503	17.940
Saldo Final	<u>(25.627)</u>	<u>(13.728)</u>

d) Concentração dos Maiores Devedores:

	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>%</u>
Maior devedor	10.236	4	10.264	4
Dez maiores devedores ⁽¹⁾	76.571	32	70.145	27
Vinte maiores devedores	115.989	48	112.614	44
Cinquenta maiores devedores	170.659	70	155.683	61
Cem maiores devedores	190.242	79	162.473	64

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o maior volume de operações é de clientes pessoa jurídica com operações de Capital de Giro.

e) Resultado de Operações de Crédito:

	2º semestre		
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendas com Empréstimos	26.565	53.747	30.142
Rendas com Direitos Creditórios	5	6	170
Rendas com Financiamentos	702	1.481	1.172
Total	<u>27.272</u>	<u>55.234</u>	<u>31.484</u>

f) Renegociação e Recuperação de Créditos

No segundo semestre de 2022 registrou-se a recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 1.801, perfazendo um total de R\$ 3.117 ao final do exercício, ante R\$ 2.250 no ano anterior.

Nota 9. Outros Créditos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rendas a Receber (a)	23	-
Adiantamentos e Antecipações Salariais (b)	4	-
Adiantamentos para Pagamentos (c)	28	3
Créditos Tributários de Impostos (d)	6.426	3.244
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	2.042	-
Impostos e contribuições a compensar (f)	548	30
Imposto de Renda a recuperar (g)	24	24
Valores a Receber (h)	16	13
Devedores Diversos (i)	417	388
Total	<u>9.528</u>	<u>3.702</u>
Curto Prazo	<u>3.102</u>	<u>458</u>
Longo Prazo	<u>6.426</u>	<u>3.244</u>

(a) Rendas a Receber

Comissões por serviços prestados reconhecidas pelo regime de competência no valor de R\$ 23 em 31 de dezembro de 2022.

(b) Adiantamentos e Antecipações Salariais

Em 31 de dezembro de 2022 apurou-se R\$ 4 referente a adiantamentos de salários, realizados em 2022, que serão descontados em períodos futuros.

(c) Adiantamentos para Pagamentos

Adiantamentos à fornecedores, no valor de R\$ 27 e adiantamento para viagens, de R\$ 1, em 31 de dezembro de 2022, frente a R\$ 3 em 31 de dezembro de 2021.

(d) Créditos Tributários de Impostos

Em 31 de dezembro de 2022 foram apurados créditos referentes a Imposto de renda sobre Prejuízo fiscal a recuperar (R\$ 124), Imposto de renda (R\$ 3.906), e Contribuição Social (R\$ 2.396) diferidos sobre prejuízos fiscais, constituídos no exercício nos termos da Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020. Os créditos tributários estão alocados no longo prazo, com expectativa de realização ao longo dos próximos 4 anos, conforme previsto em estudo técnico (vide nota 16.b),

(e) Devedores Por Depósitos em Garantia

A instituição registrou Depósito em Garantia no valor de R\$ 2.042, referente processo judicial nº 1039896-58.2022.8.11.0041.

(f) Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar referem-se a valores de imposto de renda recolhidos ou retidos indevidamente em períodos anteriores, no valor de R\$ 548 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021.

(g) Imposto de Renda a recuperar

Imposto de renda a recuperar refere-se a imposto de renda retidos na fonte oriundos de resgates de aplicações financeiras de períodos anteriores, no total de R\$ 24.

(h) Valores a Receber

Créditos a receber referente transferência de recursos para depósito judicial no valor de R\$ 16, via conta liquidação (SPB).

(i) Devedores Diversos

Refere-se ao recebimento de parcelas de operações de crédito do último dia útil, a serem liquidadas em "D+1", no valor de R\$ 187, valores de operações de crédito originadas por correspondente bancário detectadas como fraude no curso do semestre, no valor de R\$ 228, que serão ressarcidas, conforme contrato e valores a receber referente transferência de recursos via TED, da conta liquidação, no valor de R\$ 2.

Nota 10. Outros Valores e Bens

Outros valores e bens está composto por Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (R\$ 2.248), material em estoque (R\$ 23) e despesas antecipadas com a contratação de serviços de armazenamento de dados em ambiente digital, por um período de três anos (R\$ 13) e licença de software antivírus por 12 meses (R\$13).

Outros Valores e Bens	31/12/2022			31/12/2021
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Serviço de Armazenamento de Dados	13	-	13	82
Licença de Software	13	-	13	-
Total	26	-	26	82

Nota 11. Imobilizado de Uso

	Taxas de Depreciação (ao ano)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	12/2022
				Valor Residual
Instalações	10%	118	(33)	85
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	443	(97)	346
Sistema de Processamento de Dados	20%	500	(151)	349
Total		1.061	(281)	780

	12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Taxa (%)	12/2022
Instalações	-	118	-	(33)	10	85
Móveis e Equipmts. de Uso	160	278	(85)	(7)	10	346
Sistema de Proc. de Dados	59	377	(43)	(44)	20	349
Total	219	773	(128)	(84)		780

Nota 12. Intangível

	Taxas de Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	12/2022
				Valor Residual
Outros Ativos Intangíveis	20%	10.536	(1.799)	8.737
Total		10.536	(1.799)	8.737

	12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Taxa (%)	12/2022
Outros Ativos Intangíveis	4.317	5.460	-	(1.040)	20	8.737
Total	4.317	5.460	-	(1.040)		8.737

É representado por desenvolvimento de software e website registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico.

Nota 13. Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Depósitos a prazo (a)	1.248	62.082	69.568	58	132.956	47.433
Recursos de Aceites e emissão de Títulos (b)	33.482	80.791	41.357	-	155.630	180.607
Total	<u>34.730</u>	<u>142.873</u>	<u>110.925</u>	<u>58</u>	<u>288.586</u>	<u>228.040</u>

(a) Depósitos a prazo

Representado por Certificados de Depósitos Bancários e Recibo de Depósitos Bancários no montante de R\$ 132.956 com vencimento até 18 de janeiro de 2027 com taxa média de 114% do DI.

(b) Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos

Representado por Letras de Câmbio no montante de R\$ 133.352 com vencimento até 20 de junho de 2024 com taxa média de 106% do DI; e Letras de Crédito do Agronegócio, no valor total de R\$ 22.278, com vencimento até 29 de setembro de 2023 e taxa média de 102% do DI.

Nota 14. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IOF a Recolher Operações de crédito	133	319
Total	<u>133</u>	<u>319</u>

b) Fiscais e Previdenciárias:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão Para Impostos e Contribuições (i)	-	382
Impostos e Contribuições A Recolher (ii)	434	703
Total	<u>398</u>	<u>1.085</u>

(i) Provisão para imposto de renda (R\$ 199) e CSLL (R\$ 183), apurados no 4º trimestre de 2021.

(ii) Referem-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, bem como INSS, FGTS e IRRF sobre folha em 31 de dezembro 2022, além de tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros.

c) Recursos Vinculados a Operações de Crédito

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Operação Ativa Vinculada (i)	513	660
Total	<u>513</u>	<u>660</u>
Curto Prazo	184	184
Longo Prazo	329	476

(i) Realizado nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, com vencimentos até 15 de abril de 2025.

d) Diversas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	602	464
Credores diversos – País (ii)	355	171
Total	<u>957</u>	<u>635</u>

(i) As provisões referem-se a despesas de pessoal relativo a férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos, apropriadas mensalmente conforme regime de competência.

(ii) Credores Diversos estão compostos por Empréstimos a Liberar, Fornecedores e Emolumentos a repassar.

Nota 15. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 77.000, totalmente integralizado, representado por 77 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim a totalidade de ações representativas do Capital Social da Sociedade por Ações denominada AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento.

Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período. Não foi apurado lucro no período.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos acumulados	(24.625)	(5.540)
Total	(24.625)	(5.540)

A Companhia apurou prejuízo na ordem de R\$ 14.262 no segundo semestre de 2022, totalizando em R\$ 20.360 o prejuízo no exercício.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Referente à Imposto de Renda (IRPJ), no valor de R\$ 1.275, recolhido por estimativa mensal, em exercícios anteriores.

Nota 16. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real trimestral.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes e Diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
	Imposto de Renda	Contribuição Social
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	(23.043)	(23.043)
Adições		
Permanentes	45	45
Temporárias		
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	31.016	31.016
Exclusões Permanentes	-	-
Exclusões Temporárias	(30.913)	(30.913)
Prejuízo Fiscal	(402)	(402)
Base de Cálculo	(23.296)	(23.296)
IR e CS Apurado	229	141
Benefício do Pat	6	-
Ativo Fiscal Diferido	(1.911)	(1.147)
Efeito do IR e CS no Resultado	(1.676)	(1.006)
	(2.200)	(2.200)

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>(-) Baixas</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	3.244	1.524	-	6.302
Total	<u>3.244</u>	<u>1.524</u>	<u>-</u>	<u>6.302</u>

A Administração da AL5 S.A – CFI referendou o estudo técnico dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/20.

Os créditos tributários foram constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

A Administração, com base nas projeções de resultado, acredita que o crédito tributário será auferido no decorrer dos próximos 5 anos do seu resultado tributável, conforme demonstrado no quadro que segue.

Nota 17. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme observado no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008.

São partes relacionadas à esta Companhia os controladores e acionistas, seus familiares e diretores, membros-chave da administração.

Os valores de captação com partes relacionados são remunerados a taxa média de 111% do DI.

	<u>Passivo</u>		<u>Despesas</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Agropecuária Maggi Ltda.	(66.182)	(73.370)	(7.673)	(870)
Agropecuária Pirapora	-	(1.048)	-	(48)
Amaggi Exportação e Importação	-	-	-	(1.371)
Amaggi Participações Financeiras	(2.491)	(2.928)	(308)	(53)
BBM Administração e Participações Ltda.	(32.397)	(56.597)	(7.239)	(2.675)
Fundação André e Lucia Maggi	(14.803)	(11.997)	(1.759)	(320)
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.	(11.642)	(10.312)	(11.977)	(451)
HFLC Administração e Participações Ltda.	(9.422)	(8.488)	(2.252)	(371)
Maggi Energia S.A.	(2.311)	(2.074)	(332)	(92)
Pessoas Físicas	(41.406)	(49.721)	(5.222)	(1.692)
Recursos de Aceites e emissão de Títulos	<u>(180.654)</u>	<u>(216.535)</u>	<u>(36.762)</u>	<u>(7.943)</u>

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 referem-se a captações em CDB e RDB, Letras de Câmbio e Letras de Crédito do Agronegócio.

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Foi definido pela presidência da AL5 S.A – CFI e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração para o ano de 2022 o montante global de até R\$ 7 milhões, mesmo valor aprovado para 2021.

Nota 18. Plano para Implementação da Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021

Seguindo o disposto no art. 76, da Resolução CMN nº 4.966/2021, a instituição elaborou Plano de implementação, o qual divulga resumidamente e mantém a disposição do Banco Central do Brasil.

A Resolução CMN nº4966/2021 tem por finalidade harmonizar as regras da contabilidade das instituições do sistema financeiro nacional, regidas pelo COSIF, à norma internacional de contabilidade no âmbito do IFRS 9, que trata da contabilidade de instrumentos financeiros.

Nesta Resolução, a norma internacional foi simplificada de forma mais objetiva e dividida em oito capítulos:

- Capítulo I – Objeto e âmbito de aplicação
- Capítulo II – Definições
- Capítulo III – Classificação, Mensuração, Reconhecimento e Baixa
- Capítulo IV – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
- Capítulo V – Contabilidade de Hedge
- Capítulo VI – Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros
- Capítulo VII – Disposições gerais e transitórias
- Capítulo VIII – Disposições Finais

Avaliando os principais aspectos na nova norma e suas complexidades, a AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, definiu etapas que entendeu serem fundamentais para a implementação das alterações trazidas pela Resolução CMN 4966/21, ainda neste momento sem regulamentações mais específicas, sendo elas:

- 1 - Definição das equipes envolvidas e qualificação
- 2 - Produtos e Sistemas
- 3 – Processos afetados

Faz-se necessário ressaltar que o Plano de Implementação é baseado nas premissas disponíveis no momento de sua elaboração, tendo como norteador as disposições trazidas pela Resolução CMN nº 4966/21.

A sua efetividade será avaliada à medida que a normatização detalhada seja publicada, com critérios específicos para cada item da norma anterior, podendo ou não atingir o cronograma esperado.

Nota 19. Outras Informações

a) Receitas da Intermediação Financeira

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Operações de Crédito	27.272	55.235	31.484
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.859	6.946	2.151
Operações Com. Títulos e Valores Mobiliários	1.856	1.856	-
Total	32.987	64.037	33.635

b) Despesas de Captação

	2º Semestre de 2022	2022	2021
RDB	817	1.431	377
CDB	6.957	9.701	965
Letras de Câmbio Pós	10.926	20.574	7.059
Letras de Crédito do Agronegócio	94	94	
Total	18.794	31.800	8.401

c) Outras Despesas de Intermediação Financeira

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Deságio na Colocação de Títulos (i)	524	752	-
Comissões (ii)	244	1.100	2.951
Total	768	1.852	2.951

(i) Deságio pago à Corretoras de Valores Mobiliários pela intermediação na captação de recursos.

(ii) Comissões pagas à correspondentes bancários pelos serviços de intermediação financeira em operações de crédito.

d) Receitas por Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Tarifa de Cadastro	1.846	3.395	2.639
Aditamento de Contrato	8	8	1
Emissão de Contratos	-	1	1.210
Total	1.854	3.404	3.850

e) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Contribuição Ordinária ao FGC	141	276	179
Processamento de Dados	6.903	11.596	5.260
Serviços Técnicos Especializados	1.581	2.860	476
Serviços do Sistema Financeiro	121	255	232
Seguros	17	76	25
Comunicações	71	131	132
Manutenção e Conservação	18	26	12
Serviços de Terceiros	558	1.183	787
Propaganda e Publicidade	162	253	108
Promoções e Realizações	42	54	5
Publicações	1	34	35
Material	7	17	12
Viagens	81	109	24
Amortização	733	1.187	488
Depreciação	78	127	58
Outras Despesas Administrativas	353	700	589
Total	10.867	18.884	8.422

f) Despesas de Pessoal

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Proventos	2.929	5.905	4.070
Encargos	960	1.953	1.315
Benefícios	783	1.426	869
Outros	11	21	33
Total	4.683	9.305	6.287

g) Despesas Tributárias

	2º Semestre de 2022	2022	2021
COFINS	131	352	536
PIS	21	57	87
ISS	100	183	204
IOF	2	2	5
IPTU	-	24	21
Total	254	618	853

h) Outras Receitas e Despesas

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Outras Rendas Operacionais (i)	1.801	3.117	2.250
Outras Rendas não Operacionais (ii)	139	263	230
Outras Despesas Operacionais (iii)	(208)	(389)	(222)
Total	1.732	2.991	2.258

(i) Refere-se à recuperação de créditos baixados como prejuízo

(ii) Refere-se a receitas de atualizações por valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic, descontos obtidos, despesas recuperadas e comissões por intermediação financeira.

(iii) Refere-se a despesas diversas inerentes a operação da AL5 S.A. CFI, tais como serviços de análises e informações para decisões de crédito, despesas postais, multas, juros e encargos, dentre outros.

j) Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos judiciais inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, considerados como perdas possíveis no montante de R\$ 3.659.

k) Eventos Subsequentes

Em 30 de janeiro de 2023, a AL5 S.A. CFI, protocolou solicitação de aumento de capital junto ao Banco Central do Brasil, no valor de R\$ 30.000, aprovado em 22 de fevereiro de 2023, conforme Ofício 4187/2023 – BCB/Deorf/GTPAL. Passando assim, a dispor de R\$ 107.000 de Capital Social a partir de 2023.

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora de Operações e Finanças

William Luppi
Contador – CRC-PR-65355/O-5